



## A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA COM OS PALOP EM PERSPECTIVA SUL-SUL: UMA AVALIAÇÃO DE SUA EVOLUÇÃO E INVOLUÇÃO

Mariana Herreira Gonçalves Pertile <sup>1</sup>

### RESUMO

Com o estabelecimento das redes hierárquicas de poder, percebe-se a emergência de novos atores enquanto *players* econômicos e diplomáticos. Tal ponto está inserido em um contexto de enfraquecimento da hegemonia americana, e a emergência de países que atuam na busca de articulação para além do eixo tradicional do Norte. Assim, o Brasil enquanto um desses países, teve importante papel na instauração de uma aproximação com os países do Sul Global, sob a perspectiva da Cooperação Sul-Sul. Ao visar projetos que se destinam a melhorias em domínios sociais e a promoção de desenvolvimento, tal cooperação conduz um debate acerca das transformações motivadas, e por isso torna-se relevante avaliar as mesmas a partir do conceito de território em suas diferentes dimensões. Com esta noção, o presente trabalho busca analisar a evolução e involução da cooperação brasileira ao longo do século XXI, apresentando a conjuntura que foram executados os projetos e os atuais caminhos. Para isso, conta-se com o recorte da relação entre o Brasil e os PALOP, uma vez que eles se demonstraram importantes parceiros no continente africano, não somente economicamente, mas também por possuírem um elo representativo: a língua portuguesa.

**Palavras-chave:** cooperação, Brasil, PALOP.

### ABSTRACT

With the establishment of hierarchical power networks, new actors emerge as economic and diplomatic players. This matter is inserted in a context of weakening of the American hegemony, and the emergence of countries that work in search of articulation beyond the traditional axis of the North. Thus, Brazil, as one of these countries, played an important role in establishing a dialogue with the countries of the Global South, from the perspective of South-South Cooperation. By aiming at projects that are oriented at improvements in social domains and the promotion of development, such cooperation leads a debate about the motivated transformations, and that is why it is relevant to evaluate them from the concept of territory in its different dimensions. With this notion, this paper seeks to analyze the evolution and involution of Brazilian cooperation throughout the 21st century, presenting the context in which the projects were executed and the current paths. For this, the relationship between Brazil and the PALOP is highlighted, since they have proven to be important partners on the African continent, not only economically, but also because they have a representative bond: the Portuguese language.

**Key-words:** cooperation, Brazil, PALOP.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, [mariana.herreir@gmail.com](mailto:mariana.herreir@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

Os últimos anos, sobretudo após anos 2000, tem seu contexto marcado por novas estratégias tomadas por países para sua inserção no cenário internacional. Essas estratégias assumiram verdadeiramente feições seja sob os prismas geoeconômicos e/ou geopolíticos. Essa conjuntura é caracterizada por um relativo enfraquecimento da hegemonia americana e consolidação de redes hierárquicas de poder (AGNEW, 2008) e, conseqüentemente, pela emergência de novos atores como *players* econômicos e diplomáticos, destaca-se os ditos “países emergentes” dos BRICS. O Brasil destacou-se bastante, em especial entre os anos 2003-2010, por assumir uma nova estratégia diplomática com fortes traços geopolíticos (ROCHA, 2019) ao buscar por uma aproximação com países do Sul Global, sob a perspectiva da Cooperação Sul-Sul (CSS). Para inúmeros autores o continente africano esteve na centralidade política desta diplomacia (MILANI, 2012; LIMA, 2005, ROCHA, 2018). Por isso, se torna importante compreender aspectos dessa iniciativa brasileira sob o prisma Sul-Sul, dando especial atenção aos seus principais parceiros no continente, os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) com destaque para os governos Lula-Dilma (2003-2016). Sobretudo porque, segundo Paulo Visentini (2010), no referido período foi construído um “novo expansionismo pró-África”.

A CSS se coloca em primeira instância como uma alternativa frente às relações norte-sul, seriam elas construídas sobre elementos como horizontalidade, não condicionalidade, não interferência e não indiferença. Todavia para Emma Mawdsley (2017), essa estratégia se revela também como proposta contraditória, quando observadas segundo alguns aspectos que envolvem elementos econômicos na cooperação, podendo promover assimetrias. Como a autora coloca:

“Essas intervenções trouxeram deslocamento e violência, extração e exploração - mas também trouxeram estradas, eletricidade, empregos e produtos baratos. Para muitas pessoas comuns em países mais pobres, eles ajudaram a alimentar esperanças de “futuro moderno”, bem como medos e ressentimentos... (MAWDSLEY, 2017, p. 5)

Dessa forma, a partir do território será possível verificar como as interações são tecidas e materializadas, sendo este entendido como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Assim, observa-se uma constante reconfiguração das



relações nas mais diversas escalas. Elas são invadidas pelas estratégias econômicas que varrem suas tessituras, lhe atribuindo novos significados conforme sua demanda.

Logo, ainda que haja a proposição de uma ação conjunta, é possível perceber uma hierarquização constituindo uma relação marcada pelo poder, que neste contexto está associado ao conhecimento. Destarte, enquanto há o compartilhamento de experiências e conhecimentos técnicos, fundamento previsto em sua atuação, há também o reconhecimento da sua expertise e deve-se pensar ainda em como esse conhecimento será reconduzido no país receptor, isto é, em como ele será adaptado e posto em prática. Adiciona-se também a ampliação da sua rede de influência, marcado pelo aumento do número de embaixadas pelo continente africano e pela internacionalização de empresas brasileiras, que expõem sua territorialidade.

Sendo assim, ainda que a busca por diversificação de parceiros não seja recente – durante a ditadura militar lançou-se a visão “universalista” com o “princípio do não alinhamento automático e a não existência de aliados preferenciais” (OLIVEIRA, 2005, p.182), foi ao longo do mandato do governo Lula (2003 – 2010) que a CSS passou a ser utilizada como uma de suas estratégias (para além de ações diplomáticas e comerciais), de forma a se aproximar sobretudo da América Latina e do continente africano, dando um novo impulso a essas parcerias. Isto decorre a partir de um novo olhar para sua rede de influência, buscando uma diversificação em sua política externa, diminuindo sua dependência de parcerias tradicionais, sobretudo dos EUA. Tal ação foi desenvolvida em diferentes frentes como: aumento de investimentos, perdão de dívidas, abertura de novas embaixadas, projetos de cooperação. Isso expressa a relevância dessa relação para a projeção internacional e o interesse brasileiro.

Contudo nos governos subsequentes, é possível observar uma tendência de afastamento, o que levanta questionamentos sobre como a CSS se insere na agenda das relações internacionais brasileiras e quais motivos propiciaram tal tendência.

## **METODOLOGIA**

Neste sentido, a proposta deste trabalho é apresentar a cooperação internacional brasileira pensando em sua relação com os PALOP, avaliando a perspectiva de evolução e



involução concernentes aos acordos e projetos de cooperação técnica e o discurso da Cooperação Sul-Sul (CSS), tendo como questão entender a ambiguidade desta diplomacia, bem como apontar os caminhos atuais dessa diplomacia. Para realizar essa análise leva-se em consideração a análise da conjuntura da diplomacia brasileira e os levantamentos de dados sobre a cooperação internacional brasileira oriunda do MRE (Ministério das Relações Exteriores) e do ABC (Agência Brasileira de Cooperação), bem como os relatórios publicados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a respeito da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi).

## REFERENCIAL TEÓRICO

O território é o conceito chave para a discussão proposta a partir do momento que é entendido como um elemento constituinte do espaço, sendo o locus das transformações e implicações do poder. Sua ressignificação vem sendo (re)elaborada desde a Guerra Fria, quando a lógica contínua dos Estados-Nação é sobreposta com uma lógica em rede marcada pelos fluxos, sobretudo de investimentos provenientes dos EUA, e por uma variedade de atores e de tempos. A emergência dessa lógica traz à luz uma nova percepção sobre o poder e seus detentores para além da figura central do Estado, permitindo uma infinita gama de centros de poder. Assim, sua compreensão expande para além da dimensão material, atingindo também o imaterial, abarcando força e saber (RAFFESTIN, 1993).

Não obstante, ao abordar sobre as novas configurações do poder na contemporaneidade, John Agnew (2008) aponta a coexistência de modelos espaciais de hegemonia. O uso do termo hegemonia parte da sua diferenciação em envolver tanto a coerção, mas também o reconhecimento demonstrado por mecanismos que abarcam poderio técnico, econômico e diplomático. No contexto de globalização, instituições como o FMI e o Banco Mundial a exercem através do mecanismo econômico, via capital, por meio de empréstimos, restando para os países da semiperiferia adotar medidas de reajuste de conduta de forma a se inserir na globalização. Conduto, mesmo que esse discurso esteja baseado em questões postas como “universais”, grande parte delas são inverdades: o acesso à informação é seletivo; há o aprofundamento das desigualdades; além do crescente endividamento. Fredric Jameson (1985) levanta o papel desempenhado pelas imagens para a consolidação da



globalização, a força das propagandas e sua relação com uma construção cultural, de símbolos para o ideal de consumo. Dessa forma, revela como essa nova fase do capitalismo está fundada em mais contradições e mitos que são postos como “verdades”, onde lugares são unificados pelo capital, porém fragmentados por suas próprias estratégias, resultando em territórios de valorização e desvalorização.

Dentro dessa lógica, para atingir as metas colocadas, países da semi-periferia buscam alternativas menos agressivas, assim, a Cooperação Sul-Sul surge então como uma forma de aproximação entre os países ao abrir oportunidades de desenvolvimento de projetos que visam melhoria em domínios sociais. Esses projetos contribuem na elucidação de como o campo do conhecimento pode e deve ser visto também enquanto campo de poder, uma vez que o Brasil possui uma ação reativa frente a esses projetos. Isto significa que é solicitado ao Brasil pelos países receptores a elaboração dos projetos. Assim, o poder nessa dinâmica se encontra fundado na superioridade tecnológica e informacional, a partir desse domínio do conhecimento e noção de levá-lo a outros países junto ao desenvolvimento – aqui se pode associar também uma noção colonizadora.

Neste sentido, para muitos autores, como Ana S. Garcia, Karina Kato, Camila Fontes (2012) e Amanda Rossi (2015), a territorialização da diplomacia brasileira representa feições de dominação e do subimperialismo. Assim, coloca-se em confronto a dualidade dessa diplomacia “solidária” e “humanista”, logo coloca-se principalmente em questão as transformações territoriais provocadas pelos projetos de cooperação. Os desdobramentos desses projetos podem envolver, ao mesmo tempo, lógicas de apropriação (material e imaterial, cultural, de recursos e terras), como também ações solidárias que demandam um compromisso social de ajuda mútua. Sobretudo porque o desenrolar destes projetos envolve a atuação de grupos de diferentes níveis tentando colocar seus valores e ideais em detrimento de grupos sociais mais frágeis. Logo, se por um lado tem-se o perdão de dívidas e abertura de novas embaixadas – que representam a materialização da rede de influência brasileira –, por outro lado tem-se grupos não-estatais (como empresas, elites locais) interessados na abertura de mercado e em busca de recursos e investimentos.

Para Paulo Visentini (2010) essa diplomacia africana é vista também como uma estratégia para seu prestígio e aproximação com países com uma “ligação comum”. A língua portuguesa é um destes “elos”. Não é à toa que os PALOP configuram os maiores receptores



dos projetos de cooperação do Brasil no continente africano e claramente são importantes parceiros diplomáticos. Tal proposta se apoia no princípio da horizontalidade entre países receptores e doadores – em contraste com a verticalidade das relações Norte-Sul –, não obstante o Brasil emerge enquanto novo ator para além dos atores tradicionais do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento (DAC/OCDE). Dessa forma, há a promoção da imagem brasileira frente ao âmbito internacional, impulsionando seu poder de barganha frente a órgãos internacionais.

No que diz respeito aos PALOP, houve gradual intensificação na relação desde o final do século XX como reforço ao movimento anticolonialista e ao fortalecimento do idioma, promovendo intercâmbio e cooperação principalmente na área da educação. Porém a intensidade desta aproximação possui claramente uma filiação com a orientação da política externa, como será abordado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

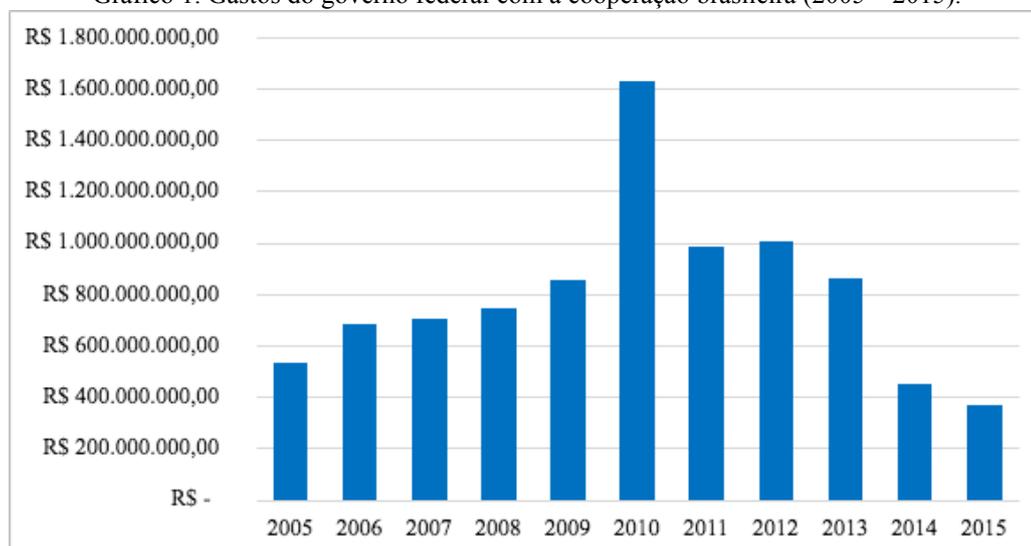
A Cooperação Sul-Sul é definida pelas Nações Unidas como “um processo em que dois ou mais países em desenvolvimento buscam atingir objetivos comuns ou individuais por meio do intercâmbio de experiências, conhecimentos, habilidades e recursos”<sup>2</sup>. Ela tem como marco o lançamento do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) em 1978, o qual promove a implementação da cooperação técnica entre os países em desenvolvimento. Conta ainda com a Resolução nº 64/222, de 21 de dezembro de 2009 que, ao celebrar os trinta anos do PABA, mostrou um marco entre os países do Sul como meio de colaboração, troca de experiências e conhecimento para se atingir metas de desenvolvimento e fortalecimento de suas capacidades.

No Brasil, ao longo do mandato do governo Lula (2003 – 2010), a CSS foi utilizada como uma de suas estratégias, dando um novo impulso nas parcerias dos países do Sul Global, sobretudo da América Latina e do continente africano. Isto decorre a partir de um novo olhar para sua rede de influência, buscando uma diversificação em sua política externa, diminuindo sua dependência de parcerias tradicionais, sobretudo dos EUA. Assim, conforme o gráfico 1, percebe-se o esforço gradativo brasileiro em investir na cooperação nos primeiros anos:

<sup>2</sup> Cooperação Sul-Sul. UNICEF. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/cooperacao-sul-sul>>. Acesso em 20 de Junho de 2021.



Gráfico 1. Gastos do governo federal com a cooperação brasileira (2005 – 2015).



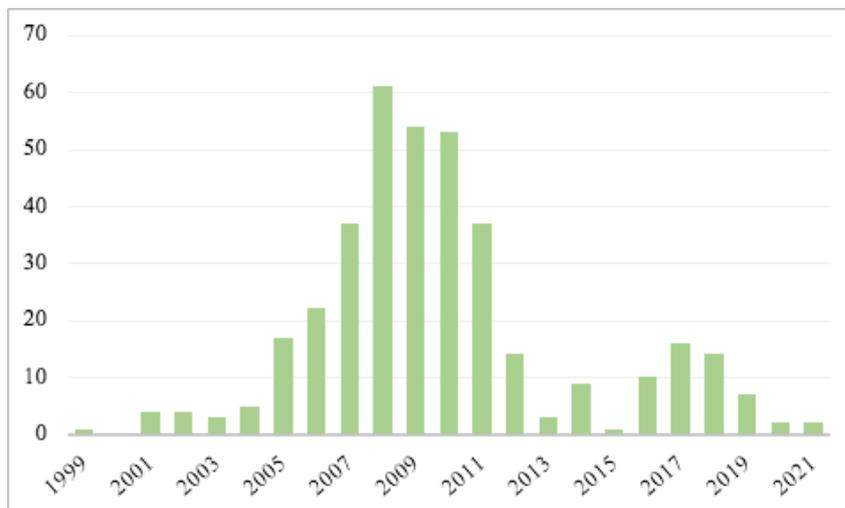
Fonte: Adaptado de IPEA (2018).

A mudança política que veio com tal governo não pode ser entendida sozinha. É preciso ter noção que houve também uma mudança na visão da burguesia brasileira a qual sem o apoio não seria possível sua execução – derivado principalmente pela valorização de *commodities* minerais energéticas e agrícolas. Confluindo os interesses de um lado de uma política externa nova, e de outro os interesses dessa burguesia em ascensão na busca por novos mercados para suas mercadorias.

De forma a contextualizar as ações e projetos realizados nos PALOP, têm-se o gráfico 2, que indica o curso dessa relação de aproximação entre os países em questão, onde é possível observar que a partir do Governo Lula – início em 2003 – há o crescimento paulatino no volume dos projetos atingindo seu ápice em 2008, e depois, a partir desse ano observa-se uma diminuição, sendo assim válido examinar os motivos que traçaram esse perfil.



Gráfico 2. Quantidade de projetos realizados nos PALOP (1999-2021)



Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (Ministério das Relações Exteriores).

Os anos iniciais do século XXI foram marcados pelo início dessa aproximação, razões que já foram abordadas no presente estudo, porém é válido apontar que uma mudança é evidenciada ainda no Governo Lula. O ano de 2008 é caracterizado pela crise econômica provocada pela eclosão da bolha imobiliária norte-americana. No Brasil, o impacto ocorreu devido ao ciclo das *commodities*: com dependência em relação aos produtos primários, a queda dos preços impactou negativamente a economia brasileira.

Com o governo de Dilma Rousseff (2011 – 2016) esperava-se que ela mantivesse a linha da política externa do governo anterior. Contudo, com os ajustes feitos (principalmente com cortes orçamentários) percebe-se que tal continuação ficou em um plano muito mais de discurso do que práticas – observado pelo decaimento do número de projetos. Isso é resultado de um cenário hostil frente aos efeitos acentuados da crise internacional, provocando mudanças e instabilidade nacional despontada pelas obras para a recepção dos grandes eventos, a queda do preço das *commodities* e pouco mais tarde a Operação Lava Jato. Com as medidas adotadas para contornar esse cenário, aos poucos irá se perdendo o apoio recebido no governo anterior, especialmente das parcelas do empresariado. Há o desencadeamento de desencontros, uma vez que ações para atender interesses de um grupo desagradam outro, e no final depara-se com a fragmentação da base de apoio e insatisfação tanto do empresariado quanto de movimentos sociais, o que levaria ao seu *impeachment*.



Com o *impeachment* de Dilma e a assunção do seu Vice-Presidente Michel Temer, fica claro uma alteração de objetivo com ações ortodoxas (entendido como uma ruptura ao perfil dos governos anteriores e desvinculação da chapa PT-PMDB). Com isso há uma ressignificação das relações com enfoque econômico o que reafirmar a tendência em queda, reforçado pelo discurso de posse de José Serra enquanto Ministro das Relações Exteriores em 18/05/2016:

“Estaremos empenhados igualmente em atualizar o intercâmbio com a África, o grande vizinho do outro lado do Atlântico. Não pode esta relação restringir-se a laços fraternos do passado e às correspondências culturais, mas, sobretudo, forjar parcerias concretas no presente e para o futuro. Ao contrário do que se procurou difundir entre nós, a África moderna não pede compaixão, mas espera um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos. Nesse sentido, a solidariedade estreita e pragmática para com os países do Sul do planeta terra continuará a ser uma diretriz essencial da diplomacia brasileira. Essa é a estratégia Sul-Sul correta, não a que chegou a ser praticada com finalidades publicitárias, escassos benefícios econômicos e grandes investimentos diplomáticos.”

Seu governo breve serviu de prenúncio para o que estaria por vir. Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2019, em seu segundo discurso como Presidente da República consolida a troca de visão ao afirmar que iria “retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais”<sup>3</sup>. Com falas polêmicas, durante o processo eleitoral houve dúvida quanto a visão que o continente africano teria na política externa brasileira. Ao ser eleito e nomear Ernesto de Araújo como Ministro das Relações Exteriores, ficou evidente o seu realinhamento voltado aos EUA. Para mais, o até então ministro definiu os setores de interesse em seu discurso de posse de forma pragmática ao afirmar que o “Itamaraty terá, a partir de agora, o perfil mais elevado e mais engajado que jamais teve na promoção do agronegócio, do comércio, dos investimentos e da tecnologia”<sup>4</sup>, confirmando uma tendência de distanciamento que, entretanto, não pode ser compreendida como paralisação de interlocução. Importante colocar ainda que a eclosão da pandemia Covid-19 em dezembro de 2019 teve impactos significativos na política internacional associada ainda a uma crise sanitária e econômica que devem ser levadas em consideração.

<sup>3</sup> Leia a íntegra dos dois primeiros discursos do presidente Jair Bolsonaro. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>>. Acesso em 20 de Junho de 2021.

<sup>4</sup> Ernesto Araújo. Discurso de Posse. Disponível em: <<https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores?id=317>>. Acesso em 20 de Junho de 2021.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da postura diplomática brasileira com a África, em especial com os PALOP, tem forte relação com o posicionamento da política externa adotado pelos governos brasileiros. Percebe-se nitidamente que há um processo de evolução crescimento e involução-diminuição que se manifesta nos números de acordos e projetos, mas também das inclinações diplomáticas. A Cooperação Sul-Sul claramente adotada como uma estratégia diplomática e geopolítica é abandonada paulatinamente nos últimos anos.

Assim, mesmo que historicamente ocorra mudanças na abordagem da política externa, seja entre realinhamento com os EUA ou o chamado universalismo, isto decorre desde fatores internos (pressão de grupos, mudança de governo) e fatores externos (conjuntura internacional). Porém, buscar por opções de autonomia, evitando assim a dependência na figura de um parceiro em específico, permitiu ao Brasil maior flexibilidade de inserção, e na conquista de apoio frente a fóruns internacionais.

Em uma análise qualitativa, a territorialização dos projetos de cooperação, auxiliaram na tessitura da rede de influência brasileira, e como ela se coloca frente a dinâmica do cenário global (THÉRY, 2008). Assim demonstra que por mais que se discursse a respeito de uma alternativa, permanece com visões de Norte-Sul, isto é, o Brasil acabando reproduzindo ações presentes em suas críticas aos acordos desiguais entre Norte e Sul, sobretudo quando pensados aspectos relativos à dinâmica econômica e incentivo em projetos de desenvolvimento regional (ROSSI, 2015). Ademais, aproveita-se também como abertura à internacionalização de suas empresas que acabam por confundir-se com a lógica da cooperação, provocando tensão com grupos sociais. Contudo, observou-se ainda que para uma tendência de distanciamento provocado por um realinhamento político voltado à parceiras consideradas “tradicionalistas”.

Nesse sentido, essas mudanças territoriais também revelam o quanto a dimensão simbólica com a transferência de conhecimento e informações é parte constituinte importante da sua política externa e sobretudo de poder (SANTOS, 1996). Poder esse que embora seja para promover a liberdade (ARENDDT, 2002), com os outros a partir do consenso, cooperação e solidariedade possui uma face operante com o controle de circulação e de acesso a recursos.



É importante romper com uma visão ortodoxa negativa, e evocar uma visão que entenda os PALOP como atores de sua história, com demandas e interesses. Esse movimento visa abranger também atores sociais historicamente excluídos dessa tomada de decisões para enfim resgatar a autonomia e empoderamento inicialmente pretendido. Bem como aprimorar o olhar sobre a importância da política externa brasileira nos estudos geográficos.

## REFERÊNCIAS

AGNEW, John. A nova Configuração do Poder Global. *Revista Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 207-219. 2008

ARENDDT, Hanna. *O que é política?* 3a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LIMA, Maria Regina Soares. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48. n. 1, p. 24-59. 2005

GARCIA, A. KATO, K. FONTES, C. *A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique*. Rio de Janeiro: PACS, 2012.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional : levantamento 2014 – 2016*. Brasília: IPEA, 2018.

JAMESON, F. Pós-modernidade e sociedade de consumo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo. n. 12, p. 16-26, Jun, 1985.

MAWDSLEY, Emma. Development geography 1: Cooperation, competition and convergence between ‘North’ and ‘South’. *Progress in Human Geography*, v. 41, n. 1, p 108–117, 2017.

MILANI, Carlos. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Caderno CRH*, v. 25, n. 65, p. 211-231. 2012

OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROSSI, Amanda. *Moçambique, O Brasil é aqui. Uma investigação sobre os negócios brasileiros na África*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

ROCHA, André Santos. A política externa e geopolítica brasileira na era Lula: uma análise dos acordos de cooperação técnica para a África. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 131-144.



\_\_\_\_\_. Cartografia e geopolítica das relações sul-sul: sobre a cooperação técnica Brasil-África. *Confins [Online]*, 39, 2019.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

THÉRY, Hervé. Globalização, desterritorialização e reterritorialização. *Revista da ANPEGE*, v. 4, n. 4, p. 89-96. 2008

VISENTINI, Paulo Fagundes. Cooperação Sul-Sul, diplomacia de prestígio ou imperialismo “soft”? As relações Brasil-África no governo Lula. *Revista SÉCULO XXI*, v. 1, n. 1, p. 65-84. 2010